

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PCDs NO ENSINO SUPERIOR: A VOZ DOS DISCENTES DA FAT

**CARLOS ADRIVEL VALADÃO RODRIGUES<sup>1</sup>;**  
**LUCIANA FLORENTINO NOVO<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPel – [adrielrodrigues47@gmail.com](mailto:adrielrodrigues47@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – UFPel – [luciana\\_novo@yahoo.com.br](mailto:luciana_novo@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Estas discussões em torno da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência – PCDs no âmbito educacional têm permeado as diferentes instâncias sociais, promovendo mobilizações em prol da conquista de uma sociedade inclusiva. Isso tem implicado em iniciativas por parte do Estado brasileiro, as quais parecem ganhar maior evidência no campo educacional a partir da década de 1990 (ALMEIDA; BELLOSI e FERREIRA, 2015). Marco importante nesse processo foi a Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990, que exerceu importante influência na legislação que se encontra em vigor no país (ALMEIDA; BELLOSI e FERREIRA, 2015). Desde então, vislumbra-se uma preocupação em desenvolver políticas públicas, que são consideradas respostas governamentais às demandas da sociedade, reivindicadas por grupos e entidades (MACHADO, 2014).

Buscando atuar neste sentido, sobretudo, a partir do século XXI, o Governo Federal vem promovendo ações afirmativas, por meio de políticas públicas que orientam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Visando promover a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, foi criado o Decreto nº 5.296/2004. O decreto traz a definição de acessibilidade no seu art. 8º:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dentre outros aspectos o decreto 5.296/2004, no art. 6º estabelece que a obrigatoriedade da acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, visando garantir pleno acesso às informações.

No ano seguinte, visando concretizar o cumprimento do disposto no referido Decreto, foi lançado o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, voltado à promoção de ações voltadas à eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de garantir o acesso e a permanência de PCDs nas instituições federais de educação superior (IFES). Além disso, busca fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade – responsáveis pela organização de ações institucionais visando à eliminação de barreiras e a integração do aluno com deficiência à vida acadêmica (BRASIL, 2013).

Como decorrência, o número de PCDs matriculados tem aumentado progressivamente no País, ainda que de modo lento e, apesar de persistirem barreiras visíveis e invisíveis a serem transpostas. Neste sentido, Machado (2014) indica que para que a inclusão se concretize é indispensável que exista vontade

política aliada aos conhecimentos especializados e ao engajamento de todos os integrantes do contexto universitário.

Em vista disso, este estudo busca revelar o contexto da prática de estudantes com deficiência, de cursos de graduação da Faculdade de Administração e de Turismo – FAT da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, identificando-se a existência de problemas e dificuldades quanto à acessibilidade e inclusão dos mesmos à vida universitária.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é caráter qualitativo, caracterizando-se como um estudo de caso (YIN, 2001). Os sujeitos da pesquisa são os discentes com deficiência matriculados em cursos de graduação da FAT. O instrumento de coleta de dados eleito foi entrevista semiestruturada, a qual foi aplicada nesta etapa inicial da pesquisa, a dois estudantes com deficiência, escolhidos por conveniência, em virtude da facilidade de acesso. As entrevistas foram gravadas, mediante autorização dos entrevistados e transcritas na íntegra visando facilitar a análise, que foi conduzida de acordo com a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da entrevista dois alunos PCDs, que se encontram matriculados no seu primeiro curso superior. O ingresso dos mesmos na UFPel é que se deu de forma diferenciada, visto que o entrevistado participou da seleção mediante ampla concorrência, enquanto o entrevistado 2 ingressou por meio das cotas pcd e baixa renda, conforme previsão legal.

Ao buscar conhecer as vivências enfrentadas desde o processo de seleção para ingresso na Instituição até o seu cotidiano atual perguntou-se se os mesmos haviam encontrado dificuldades para acessar os sites de inscrição para o processo seletivo aos cursos de graduação. O entrevistado 1 relatou não ter enfrentado problemas pois apresenta paraplegia T4, o que implica no uso de cadeira de rodas para deslocamento, mas não gera problemas de acessibilidade no sentido trazido na pergunta. Porém, o entrevistado 2 declarou ter contado com a ajuda de amigos, não tendo sequer realizado a tentativa de acessá-lo sozinho, provavelmente, devido ao fato de já estar acostumado a se deparar com a falta de acessibilidade que a maioria dos sites apresenta para o deficiente visual, apesar da previsão legal existente.

Sobre a estrutura física e arquitetônica do campus, o entrevistado 1 indicou ter enfrentado dificuldades para acessar o campus no ano de 2018, devido à péssima qualidade das rampas que interligam o trajeto entre a parada de ônibus até o prédio onde assiste às aulas. Com relação a esse problema, o mesmo contou com o apoio de colegas de aula e professores que se sensibilizaram com a situação e se mobilizaram montando com a direção da FAT um processo administrativo visando que a Universidade solucionasse o problema. A situação demandou algumas semanas para obter uma solução, mas acabou resolvida, ainda que esteja um tanto distante dos padrões desejados. O entrevistado 2 também encontrou dificuldades para acessar o prédio, pois o pátio do campus é muito acidentado, e o piso interno do prédio não possui piso tátil – indispensável para quem apresenta deficiência visual. Tem-se assim, situações que distam do estabelecido no Decreto 5.296/2004.

No âmbito da sala de aula, o entrevistado 1 mencionou ter enfrentado dificuldades conforme revela o trecho a seguir: “[...]no início não tinha aquela classe

especial. Eu até já me acostumei com aquela classe pequena”. Sobre dificuldades de aprendizado relacionadas à deficiência, apenas o entrevistado 2 relatou a ocorrência de problemas, em específico, nas disciplinas de cálculo. Indagou-se, em virtude do relato, se o mesmo tinha conhecimento de alguma tecnologia assistiva que pudesse auxiliá-lo a superar essa dificuldade. O mesmo mencionou que contou com o apoio de uma professora que encontrou um kit para facilitar. A UFPel informou que irá adquirir, porém, ressaltou que ainda não existe data, nem previsão para que a compra seja efetuada; desse modo, o problema se mantém.

O entrevistado 1 que é cadeirante revelou ter enfrentado no início do curso superior a falta de banheiros acessíveis no andar onde assiste aula. Isso acabou fazendo com que, em uma determinada ocasião, quando o único banheiro do andar que poderia utilizar estava interditado, enfrentasse uma situação bastante constrangedora. Isso fez com que o mesmo optasse em ir para casa, – questão que não foi compreendida e foi criticada pelo professor que estava ministrando aula na ocasião. Salienta-se que a questão relativa aos banheiros foi sanada pela UFPel, um tempo depois. No entanto, o entrevistado 1 entende que sofreu preconceito por parte do referido professor, e que essa foi a segunda vez que havia ocorrido o que denominou de “uma falta de empatia comigo”. Desse modo, como o segundo episódio foi muito constrangedor, o mesmo optou pelo trancamento da disciplina.

Com relação à acessibilidade, o entrevistado 2 desabafou indicando que: “o campus não possui acessibilidade nenhuma e nas plataformas virtuais, o AVA é o mais complicado. O Minha Biblioteca também não é acessível[...]”. O mesmo destaca que após reclamações, problemas relativos à plataforma digital Minha Biblioteca, acessada pelo site da UFPel, foram parcialmente resolvidos, porém quanto ao AVA, apesar de ter sido atualizado, ainda não atende totalmente as necessidades de quem apresenta deficiência visual - não contemplando, portanto, o que preceitua o Decreto 5.296/2004. Além disso, o mesmo entrevistado destacou que a leitura de tela do sistema COBALTO e do AVA realiza uma espécie de leitura total das informações existentes na tela. A leitura é realizada desde o cabeçalho do site até a informação desejada ou o link que precisa ser acessado, o que demanda muito tempo e gera uma série de informações repetidas ao discente.

Sobre solicitações de recursos de acessibilidade junto à prefeitura municipal, apenas o entrevistado 1 relatou que, por diversas vezes solicitou que disponibilizassem ônibus com acessibilidade para cadeirantes nos horários de deslocamento até a faculdade, mas o mesmo não obteve *feedback*, tendo obtido um resultado favorável apenas quando ocorreu a intermediação por parte da Universidade na solução do problema, o que revela a vontade da instituição em solucionar as barreiras e problemas de acessibilidade dos discentes com deficiência.

Ao serem questionados se os entrevistados se sentiam incluídos na UFPel por força da lei ou por uma questão de conscientização, o entrevistado 2 mencionou que: “a lei obriga que eles nos aceitem, mas não dá capacitação para os professores. Não creio que eles (UFPel) façam por causa da lei, fazem por vontade própria”. Ainda quanto à questão, o entrevistado 1 completou “hoje a conscientização é maior, mas a lei ainda é necessária”. Já o entrevistado 2 disse que entende que na Instituição as pessoas o ajudam porque estão conscientes da importância da sua inclusão, o que revela a existência de um avanço no processo de conscientização institucional.

Como questão voltada a que indicassem sugestões para a melhoria da acessibilidade e inclusão à vida acadêmica, foi mencionado pelo entrevistado 2, a capacitação dos docentes, visto que a grande maioria jamais contou com qualquer

treinamento voltado a técnicas, métodos e alternativas para a condução do processo de ensino e aprendizagem de alunos PCDs.

#### 4. CONCLUSÕES

Os resultados obtidos até então indicam a existência de barreiras que comprometem a acessibilidade, tanto física dentro do campus, como também virtual nos sites e plataformas da universidade. Porém a universidade ao receber as demandas dos PCDs, tendo se esforçado em fazer o possível para que os problemas não se repitam durante a vida acadêmica do estudante com deficiência. Entende-se, portanto, que a UFPel está atuante para buscar resolver os problemas que surgem, demonstrando a existência de uma forte vontade política na inclusão dos PCDs, ainda que até o momento não consiga cumprir integralmente o estabelecido no Decreto 5.296/2004.

Apesar da existência da lei que assegura o direito ao acesso e permanência no ensino superior, entende-se que no caso da UFPel, a lei e a conscientização estão andando juntas na busca da acessibilidade e inclusão dos PCDs.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; BELLOSI, Tereza Cristina; FERREIRA, Eliana Lúcia. Evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: subsídios normativos e ações institucionais para acesso e permanência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 643-660, aug. 2015. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7917>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 3 dez. 2004

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MACHADO, Edileine Vieira. Inclusão no ensino superior — uma experiência exitosa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 120-129, apr. 2014. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6863>>. Acesso em: 20 out. 2019.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.